

Parecer nº 62/98

Data: 1998.05.27

Processo nº 387

Requerentes: Vera Maria Machado Lisboa Gomes Coimbra e Natália Anjos Martins Borges.

I - O pedido

Vera Maria Machado Lisboa Gomes Coimbra e Natália Anjos Martins Borges, identificadas no processo, requerem à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso ao relatório clínico e ao relatório de autópsia de Alexandre Nuno Borges Coimbra, respectivamente marido e filho das requerentes que faleceu no Hospital de Santa Maria.

Declaram as requerentes que pretendem ter acesso a esses documentos “para saberem com maior certeza a causa da morte, do referido Alexandre, que foi súbita e inesperada, sendo difícil de aceitar o veredicto de paragem cardíaca que lhes foi comunicado, tanto mais que o cadáver apresentava escoriações na fronte e no nariz.”

II - Os factos

Consideram-se provados os alegados parentescos, através dos bilhetes de identidade das requerentes, de que se juntam fotocópias ao processo, bem como através de fotocópia do assento de óbito de Alexandre Nuno Borges Coimbra.

Também se considera assente o facto, alegado pelas requentes, de que necessitam de aceder aos mencionados documentos clínicos para saberem com maior certeza a causa da morte do seu marido e filho.

III - O direito

A Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto (LADA), permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas desde que satisfaçam as seguintes condições:

- que demonstrem interesse directo e pessoal (n.º 2 do artigo 7º);
- que a invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (n.º 3 do artigo 8º);
- que indiquem um médico através do qual devem ser prestadas as informações requeridas (n.º 2 do artigo 8º).

É posição assente da CADA que o interesse directo e pessoal existe sempre que os dados clínicos contidos no documento a que se pretende aceder se destinem a fazer valer direitos ou a contestar obrigações eventualmente decorrentes de factos relativos à pessoa a quem dizem respeito.

Também a estreita relação pessoal e familiar tem sido reconhecida, em anteriores pareceres, como bastante para fundamentar, por si, em determinados casos, o interesse directo e pessoal, sem que haja necessidade de invocar valores materiais ou outros benefícios que possam resultar do acesso.

Assim, entende-se atendível, para justificar o acesso aos relatórios clínicos e de autópsia do aludido Alexandre Coimbra, o legítimo e justificado interesse dos seus familiares mais próximos – viúva e mãe – em conhecer, com a maior certeza possível, a causa da sua morte.

O interesse invocado permite, assim, fundamentar o reconhecimento do direito das requerentes no acesso a tais dados pessoais.

IV - Parecer

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso de Vera Maria Machado Lisboa Gomes Coimbra e de Natália Anjos Martins Borges à informação clínica acima referida respeitante a Alexandre Nuno Borges Coimbra, já falecido, respectivamente marido e filho das requerentes, constante de documentos arquivados no Hospital de Santa Maria.

Envie-se o presente parecer às requerentes e ao Hospital de Santa Maria.

Lisboa, 27 de Maio 1998.

Vasco Almeida (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – Castro Martins (Presidente)